

135

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

135

AGOSTO 2012



FRENTE À DUREZA DO GOVERNO DILMA,



A RESPOSTA ESTÁ NAS RUAS!

Editorial
**A GREVE CONTINUA!
DILMA, A CULPA É
SUA!**
Pg. 02

Artigo
**A FALTA DE BOM-
SENSO DO GOVERNO
FEDERAL**
Pg. 03

Giro nos órgãos
**MTE, INCRA,
DNPM e IPEN**
Pgs. 06-07

Aconteceu
**O DIREITO AO
DIREITO DE
GREVE**
Pg. 08

www.sindsef-sp.org.br



A greve continua! Dilma, a culpa é sua!

Durante a gestão Lula, ficaram famosas as “mesas de enrolação”, às quais se sentavam representantes do governo e dos trabalhadores para, supostamente, negociar as reivindicações do funcionalismo, mas das quais raramente saía um acordo concreto. E quando saía, ocorriam dois fenômenos curiosos, muitas vezes concomitantes: ou o acordo era rebaixado, ou não era cumprido.

Certa vez, o então secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, abordado por servidores da base do Sindsef-SP em greve ou em estado de greve, disse que não entendia o movimento. “Afim, o governo está negociando.” A própria direção cutista da Condsef comprava esse peixe e o repassava à base, enfraquecendo as greves e buscando negociações isoladas.

Com o governo Dilma, tivemos uma mudança de estilo no trato com os servidores. Ela não faz questão de disfarçar: endurece o jogo. Recusa-se a negociar, rejeita implantar uma política salarial para o funcionalismo, manda suspender negociações com grevistas, determina corte de ponto, pretende substituir trabalhadores em greve por servidores de outras esferas de governo, entre outros arroubos autoritários.

Mas foi justamente essa postura intransigente que tornou insustentável o peleguismo de certos setores do movimento sindical. A indignação na base é crescente. Trabalhadores na ativa, aposentados e pensionistas, de todos os setores do funcionalismo, sentem o peso do arrocho salarial. A categoria quer ir à luta, nem que seja passando por cima das direções sindicais. Muitos se sentem traídos pelo partido que se dizia “dos Trabalhadores”.

Foi assim que se construiu a atual greve unificada do funcionalismo, uma das mais fortes de que se tem notícia em anos recentes. Aparentemente, o governo foi pego de surpresa. Não esperava essa demonstração de unidade, força e organização. Tem testado nossa disposição para a luta desrespeitando sistematicamente o direito de greve. Mas, a cada ataque, o movimento se fortalece.

Com o adiamento da reunião inicialmente marcada para 31 de julho – data escolhida pelo próprio Ministério do Planejamento para apresentação de proposta – mais setores do funcionalismo começaram a se organizar para a greve, como a Polícia Federal e o Judiciário. Se Dilma apostou no recuo da categoria, cometeu um grande erro. A pressão sobre o governo aumenta a cada dia e os impactos causados pela paralisação de diversos serviços já não podem ser escamoteados. Basta ver os contêineres que se acumulam nos portos em virtude da adesão da Anvisa e dos auditores fiscais da Receita Federal à campanha unificada do funcionalismo.

É claro que, com apoio da mídia burguesa, o governo tenta fazer crer que os servidores são marajás, como já dizia um ex-presidente de ingrata memória, e que suas reivindicações não são justas. Nossa resposta se dá nas ruas, no contato direto com a população, em que mostramos o sucateamento da administração pública e o descaso do governo em relação aos serviços prestados ao povo brasileiro, sobretudo aos trabalhadores.

Este é um momento em que a disposição para a luta se fortalece. Não vamos recuar. É hora de mostrar a este governo, que adora negociar com banqueiros e latifundiários, que é preciso negociar com a classe trabalhadora. A greve continua! Dilma, a culpa é sua!



PRESTAÇÃO DE CONTAS - JUNHO 2012

SALDO INICIAL	R\$ 3.109,61
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 186.059,21
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 25.343,41
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 55.207,66
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 35.324,01
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 34.991,59
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 6.436,40
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 5.549,85
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 11.874,78
VEICULO (Seguro, prestação, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 5.821,58
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.303,30
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 183.852,58
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 5.316,24
SALDO FINAL	R\$ 5.316,24

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP:04017-000 - Tel: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



A falta de bom-senso do Governo Federal

As declarações recentes do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência no mínimo causam indignação e revolta ao conjunto dos servidores públicos federais, em greve há mais de dois meses e meio. Gilberto Carvalho disse que o governo espera “bom-senso” e “compreensão” dos grevistas e que, diante da crise, a preocupação é manter o emprego dos trabalhadores que não têm estabilidade. Carvalho alegou que a greve foi convocada antes do posicionamento formal do governo sobre a possibilidade de reajustes ao funcionalismo. “Estranhamos esse processo de greve sem que nós tenhamos nos posicionado ainda”, disse.

Isto beira ao cinismo. O que o governo não diz é que o conjunto do funcionalismo vem buscando negociar desde o início do ano, em exaustivas mesas de enrolação – foram nove reuniões em cinco meses e nenhum avanço. O governo, de forma intransigente, tem sinalizado claramente que não autorizará aumento de gastos valendo-se do argumento do cenário de crise financeira internacional.



Faixa critica ministro Mantega, que minimizou a iminência de demissão em massa na GM.

Carvalho ressaltou que o governo está preocupado com os empregos de trabalhadores que não têm estabilidade e que estão sob risco de demissões em massa em setores como o da indústria automobilística. “Temos que nos preocupar muito com o emprego daqueles que não têm estabilidade. Toda a nossa sobra fiscal, o espaço fiscal, nós estamos procurando empregar para estimular a indústria, a agricultura, os serviços, o comércio, porque são esses que nos preocupam mais”, declarou. Paradoxalmente, essa declaração desmente outra do ministro Guido

Mantega que, na maior cara-de-pau, defendeu a empresa General Motors, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, denunciou que essa montadora vinha praticando a demissão em massa e, neste momento, anunciava o fechamento de toda uma planta, promovendo a demissão de aproximadamente 2 mil operários. A GM ainda não conseguiu concretizar essa barbaridade, porque o sindicato mobilizou a categoria e vem realizando uma série de manifestações de resistência.

Garantir a manutenção de postos de trabalho deveria sim ser papel do Governo Federal. Mas, vejam o que aconteceu recentemente na indústria automotiva. O governo beneficiou as indústrias com bilhões de reais do dinheiro público, repassados em forma de isenção fiscal. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, concedida desde maio, surtiu efeito positivo nas vendas do setor no mês passado. As vendas subiram 22,04% em comparação ao mesmo mês de 2011. As informações foram divulgadas pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), instituição que re-

presenta sete mil concessionárias em todo o território nacional

Porém, não podemos aceitar que este argumento seja utilizado para justificar a recusa em atender as reivindicações dos servidores, principalmente quando estas mesmas indústrias seguem demitindo trabalhadores. O ministro deu estas declarações ao mesmo tempo em que a GM, que se beneficiou fartamente da isenção do IPI, se prepara para demitir de forma irresponsável. Com o impacto na cidade estima-se que outros 15 mil postos de trabalho serão perdidos. E tudo isso em uma empresa que está em um momento de aumento de suas vendas e batendo recordes de faturamento e lucro em suas unidades no Brasil, em particular em São José dos Campos, responsável por 35% do faturamento da GM em nosso país.

O que está acontecendo, de forma muito clara, é que aqueles que lucram absurdamente com o sacrifício dos trabalhadores querem lucrar ainda mais, custe o que custar, doa a quem doer. Assim, os trabalhadores são demitidos, os serviços públicos são sucateados, os servidores são massacrados e a população segue sofrendo as consequências dos serviços precarizados.

Os servidores públicos federais, o conjunto dos trabalhadores e a juventude devem aprofundar a unidade de ação, seja na greve ou nas manifestações contra as demissões, para seguirem firmes na luta em defesa de seus direitos e conquistas. Não vamos aceitar pagar a conta daqueles que nada querem perder ao mesmo tempo em que se fartam com o dinheiro público e super-exploram os trabalhadores e a população pobre.



Metalúrgicos da General Motors param rodovia Presidente Dutra.



Frente à dureza do Governo Dilma, a resposta está nas ruas!

Servidores públicos federais, lado a lado com trabalhadores de outros setores e estudantes, vão seguir sacudindo o Brasil.

A mobilização do funcionalismo público federal cresce com a proximidade do fechamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a falta de propostas por parte do governo para atender as reivindicações do setor. Julho contou com diversas ações unificadas dos servidores, apoiados por estudantes e movimentos sociais. Em agosto, a luta continua firme e forte!

Dilma insiste em congelar o salário do funcionalismo com a justificativa da prevenção à crise econômica internacional. Porém, enquanto afirma que não tem dinheiro para valorizar os servidores e serviços públicos, continua concedendo isenções fiscais para as grandes empresas, a exemplo do setor automotivo e de bens de capital, que ganhou um pacote de R\$2,7 bilhões em incentivos até o final desse mês.

Hoje, o governo do PT investe menos de 30% do Orçamento com Despesa de Pessoal, enquanto que a Lei de Responsabilidade Fiscal autoriza o percentual de até 50%. Prefere destinar quase essa mesma percentagem, quase 47,19% do PIB (Produto Interno Bruto), para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública com os banqueiros. Já a reivindicação geral dos servidores de 22,08% linear (R\$ 35 bilhões/ano) não atinge sequer 3% do PIB.

“O grande crescimento econômico do período de 2003 a 2010 foi canalizado para os bolsos de banqueiros, para o pagamento da dívida pública e benefícios à burguesia empresarial. Portanto, é uma falácia, uma manipulação da opinião pública, dizer que se gasta muito com salários dos servidores federais”, relatou o membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela.

Acampamento Nacional da Greve e marcha em Brasília

A semana de 16 a 20 de julho sacudiu a capital do país. Uma estrutura com grandes lonas em estilo circense, banheiros químicos, barracas de campê e caminhões geradores de energia ocupou a Esplanada dos Ministérios. Servidores, lado a lado outros trabalhadores e estudantes de todo o Brasil, realizaram diversos protestos por todos os ministérios.

No dia 18, milhares chegaram para somar forças àqueles que já estavam acampados. A recente marcha nacional da greve reuniu mais de 10 mil pessoas e estabeleceu um cerco ao Ministério do Planejamento.

“Nós fizemos há poucos dias uma marcha com 10 a 12 mil trabalhadores e agora repetimos a dose. Isso é uma evidência da disposição de luta do funcionalismo público”, disse Paulo Barela durante a manifestação.

No dia seguinte, pela primeira vez na história, manifestantes conseguiram bloquear todas as entradas do MPOG, que ficou um dia praticamente sem funcionários. Servidores e estudantes mantiveram o prédio fechado das 5 horas da manhã até por volta das 14 horas, quando decidiram liberar as entradas após uma reunião com os secretários Walter Correia e Sérgio Mendonça.

As ações de mobilização da semana serviram para chamar atenção da sociedade para a força da greve e obrigar o governo a receber o Fórum Nacional de Entidades do Funcionalismo. Porém, mais uma vez os representantes de Dilma insistiram que o prazo para apresentação do quadro orçamentário, no que tange aos gastos com pessoal, seria 31 de julho - o que não cumpriu.



Mais de 10 mil trabalhadores tomam as ruas na Esplanada dos Ministérios no dia 18 de julho.

Governo desrespeita os docentes e tenta fechar acordo só com Proifes. Greve continua firme!

A dimensão e a própria repercussão que tomou a greve dos docentes, que ultrapassa dois meses, obrigou o governo a negociar com a categoria. Foi apresentada uma proposta de aumentar os recursos disponíveis em três anos, que traria mais perdas salariais - quando considerada a inflação entre 2010 e 2015, desestruturação da carreira e, ainda, feria a autonomia universitária.

Apenas a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), ligada à CUT e dirigida pelo PCDoB, aceitou. Já o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica,

Profissional e Tecnológica (Sinasefe) negaram e defendem a continuidade da greve.

Na opinião do Andes-SN, o governo está assinando um acordo unilateral. O Proifes representa professores de 6 universidades, enquanto estão paradas 57. Somente cerca de 5 mil professores participaram da votação que legitima a postura da entidade, destes, 3 mil votaram a favor. Segundo informações do Andes-SN, isso significa 3% da categoria em todo o Brasil.

Como resposta, a greve dos docentes segue firme, e também continuam paradas 26 categorias, a exemplo dos trabalhadores do Inbra, DNPM, Agências Reguladoras, Funai, Saúde, Agricultura, Fazenda, IBGE, Ibama, Arquivo Nacional, Datasus, Ataus, Rede Ferroviária Federal, Inmetro e outros. Muitos, como MTE e IPEN, fazem paralisações pontuais e progressivas.

O Judiciário e a Polícia Federal já aprovaram a adesão à greve, que vai ser iniciada ainda em agosto.

Dia Nacional de Luta

Na marcha do dia 18, as três centrais sindicais - CSP-Conlutas, CUT e CTB - combinadas com o Fórum Nacional de Entidades dos SPFs, apresentaram a proposta de realizar um Dia Nacional de Luta em apoio à greve do funcionalismo. O Dia, convocado para 02 de agosto, foi antecipado para 31 de julho.

Em São Paulo, foi realizado um ato à tarde, no vão do Museu de Arte de São Paulo (MASP), localizado na Avenida Paulista. Representantes das mais variadas categorias marcaram presença e falaram em apoio à mobilização do funcionalismo público.

O ato contou com o apoio e a solidariedade internacional de

Fernando Pita representando a Associação Gremial Docente da Universidade de Buenos Aires, ligada à CTA (Central dos Trabalhadores da Argentina).

Entre as entidades presentes estavam o Sindsef-SP, CSP-Conlutas, Fasubra, ANEL, SindmetalSJC, MTST, CTB, FENASPS, Sinal, Sintrajud, Sinsprev, Sinagências, Sindsusep, Sintunifesp, Assibge, Apeoesp, Adunifesp, Sinasefe e representantes dos partidos políticos PSTU e PSOL.

A jornada de mobilizações de toda a classe trabalhadora nos estados foi uma importante ação unitária neste momento de greve geral do funcionalismo.



Diversas entidades participaram do Dia Nacional de Luta em São Paulo que aconteceu vão do MASP.

MPOG adia negociação

Recentemente, o governo passou por cima do próprio prazo para apresentação de alguma proposta, cancelou todas as reuniões agendadas e informou que só devem ser convocadas novamente a partir da 2ª quinzena de agosto.

Para Barela, o MPOG está fazendo todas as negociações em relação ao pagamento da dívida pública e fazendo a previsão da economia em torno da possibilidade da crise econômica europeia chegar ao Brasil. “Eles vão garantir os negócios da burguesia, vão tratar de políticas para incentivar o setor produtivo, mas sem que isso signifique o controle salarial e a manutenção dos empregos”.

O membro da Executiva da CSP-Conlutas considera um desrespeito o governo jogar as negociações para depois de 13 de agosto, mas não uma surpresa, “porque a forma como ele tem tratado os servidores públicos é desrespeitosa”.



Servidores da base do Sindsef-SP participaram da marcha em Brasília.

Decreto 7.777/12

Publicado no dia 25 de julho, o Decreto 7.777/12 “Dispõe sobre as medidas para a continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidas pelos servidores públicos federais”. O decreto prevê a substituição dos grevistas ou em operação padrão por trabalhadores estaduais e municipais.

Chega de enrolação. Negocia, Dilma!

No 1º de agosto, o Fórum Nacional de Entidades reuniu aprovou um novo calendário de atividades para reforçar a pressão para que Dilma Rousseff atenda às reivindicações dos servidores. Um novo Dia Nacional de Luta nos estados vai acontecer em 09 de agosto e, entre os dias 13 e 17, haverá outro grande acampamento em Brasília.

Frente à intransigência, dureza e os ataques do Governo Dilma, os servidores precisam se manter mobilizados. As tentativas de retaliação à greve e paralisações, como as ameaças de corte de ponto e de substituição temporária dos grevistas, serão fortemente combatidas pelas entidades representativas através das suas assessorias jurídicas. Em alguns casos, como no Distrito Federal, o governo já foi derrotado por liminar, sendo impedido de cortar o ponto.

Nenhum servidor pode sofrer qualquer tipo de prejuízo por participar da luta legítima por melhorias nas condições de trabalho. A greve é um direito constitucional.

Gerência Regional de SJC AGONIZA

MTE

DNPM

Greve atinge todos os estados



Servidores do DNPM mobilizados no segundo dia de greve, 18 de julho.

A greve nacional dos servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e das Agências Reguladoras continua forte, mesmo com as ameaças constantes do governo, que se nega a negociar com o conjunto do funcionalismo.

Paralisados desde o dia 17 de julho, o movimento demonstra ter fôlego para seguir no embate com o governo. “Não existe a intenção de recuar até que haja negociações”, afirmou a servidora do DNPM, Ana Cristina.

A mobilização conta com 70% de adesão em nível nacional. Todas as superintendências aderiram à greve, cada uma respeitando sua realidade. Algumas estão completamente paradas, outras realizam paralisações e atividades de mobilização. No DNPM/SP, a greve atinge principalmente a área técnica, os trâmites processuais e o atendimento ao público.

Os servidores se incorporaram em diversas atividades para dar visibilidade e fortalecer o movimento grevista. Além do DNPM, estão paralisadas as agências nacionais de Vigilância Sanitária (Anvisa), Águas (ANA), Telecomunicação (Anatel), Cinema (Ancine), Energia Elétrica (Aneel), Saúde Suplementar (ANS), Transportes Aquaviários (Antaq), Transportes Terrestres (ANTT), Petróleo (ANP) e Aviação Civil (Anac).

A presidente Dilma prefere ignorar as justas reivindicações da categoria e demonstra sua falta de habilidade para negociar, deixando o país enfrentar a maior greve do funcionalismo dos últimos tempos.



Sala de atendimento na gerência serve como almoxarifado.

O Sindsef-SP mais uma vez denuncia a precariedade no Ministério do Trabalho e Emprego. Desta vez o descaso com os servidores lotados no prédio da gerência regional de São José dos Campos merece atenção especial.

A situação é alarmante. A improvisação vai desde a instalação de um almoxarifado no fundo da sala de atendimento ao usuário, onde se pode observar desde pneus a sacos de açúcar, até a construção de um puxadinho para servir de refeitório. Em dias chuvosos, a água escorre pelas paredes do refeitório tornando impossível o uso do local.

As escadas que ligam os três andares do prédio são um perigo a parte. Cerâmicas quebradas causam preocupação e expõe trabalhadores e usuários a riscos de quedas. E não para por aí.

Fitas adesivas são usadas para cobrir verdadeiras crateras no piso de carpete, que estão totalmente desgastados. Outra utilidade encontrada para a fita adesiva foi substituir vidros quebrados nas janelas. Será uma nova tendência de decoração? Certamente não.

Para completar o quadro caótico, dezenas de caixas arquivos ficam acumulando poeira sobre as mesas dos servidores ou empilhadas de forma improvisada nos andares. Mais uma evidência da falta de estrutura do local.

Infelizmente, a precariedade nas condições de trabalho não é privilégio desta gerência. A situação se repete, em maior ou menor grau, tanto na superintendência quanto em muitas agências.

Além disso, o problema é agravado pelo déficit de servidores, decorrente em grande parte da evasão de profissionais que optam por prestar concurso para outros setores em busca de melhores salários e de condições dignas de trabalho.

Vale ressaltar, que esta situação é de conhecimento do superintendente do órgão no estado, José Roberto de Melo. Seja por que o superintendente acumula a função de gerente daquela regional ou, ainda, por que o Sindsef-SP já protocolou requerimento administrativo cobrando as devidas providências para solucionar o problema.

GEAP

O Sindsef-SP tem acompanhado a proposta abusiva imposta pela GEAP para reajustar as mensalidades do plano de saúde do servidor. Em razão do prejuízo que este aumento vai trazer ao bolso da categoria, o sindicato protocolou um requerimento administrativo pedindo ao Ministro do Trabalho que não seja assinado o novo contrato com a Fundação.

Solicitação de audiência com o Ministro

No dia 30 de julho, o Sindsef-SP protocolou, em caráter de urgência, uma solicitação de audiência com o Ministro do Trabalho, Carlos Daudt Brizola. O objetivo é encontrar solução para as precariedades dos postos do MTE no Estado, onde os servidores não dispõem de condições adequadas para exercerem suas funções.

GOVERNO APRESENTA UMA PROPOSTA DE LEI PARA GQ, mas não negocia a tabela salarial

IPEN

Servidores do Ipen/SP (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares) permanecem mobilizados em prol da campanha salarial unificada do funcionalismo público federal. Neste sentido, não está descartada a possibilidade de paralisação, nos próximos dias, dos trabalhadores da carreira de Ciência e Tecnologia.

O governo apresentou uma nova proposta de lei para Gratificação de Qualificação (GQ). Com a nova formulação passam a valer as horas acumuladas em cursos de especialização, da seguinte maneira: GQ 1 - 180h / GQ 2 - 250h / GQ 3 - 360h. Este novo formato deverá ser regulamentado através de Projeto de Lei (PL).

O encontro, realizado no dia 30 de julho, representa um avanço para a categoria. No entanto, o Fórum de C&T identificou a necessidade de algumas alterações na proposta da SRT/MPOG. A contraproposta será apresentada na próxima reunião, prevista para acontecer entre os dias 13 e 17 de agosto.

A pressão exercida com as mobilizações dos servidores da carreira de Ciência e Tecnologia deve se intensificar para forçar os representantes do governo a mudarem sua postura. Em reuniões anteriores a falta de comprometimento era gritante, o secretário Sérgio Mendonça e sua equipe demonstravam desconhecer a pauta de discussão.



Trabalhadores do IPEN, e de outros órgãos realizam manifestação em frente ao MPOG, em Brasília.

Mobilizações

Os trabalhadores da carreira de C&T e de outros setores marcaram presença nas atividades que ocorreram em Brasília no mês de julho.

No dia 17, a categoria participou de dois atos, o primeiro em frente ao MPOG enquanto ocorria a reunião entre os representantes do Fórum de C&T e o governo federal, e à tarde,

em frente do MCTI onde um grupo foi recebido pelo Ministro Marco Antônio Raupp. Na ocasião os trabalhadores do Ministério da Aeronáutica, MTE e Funasa também apoiaram o movimento.

É preciso ampliar e fortalecer as mobilizações. Não podemos baixar a guarda porque o governo apresentou uma proposta parcial.

INCRA Grevistas do Incra lançam campanha de arrecadação de livros

Em greve desde 2 de julho, os servidores do Incra aproveitaram a mobilização para lançar a campanha Doe Livros para a Reforma Agrária, com o objetivo de arrecadar livros para as escolas de assentamentos rurais. Um bom número de exemplares já chegou ao comando de greve, incluindo literatura brasileira e estrangeira, infanto-juvenil, didáticos e paradidáticos.

A campanha é mais uma das iniciativas idealizadas com o objetivo de fortalecer o movimento grevista e a solidariedade de classe. Para encarar melhor as manhãs frias na porta do órgão, localizado no bairro Higienópolis, os servidores têm organizado atividades como cursos de formação, promovidos pelo Sindsef/SP, e sessões de cinema. No último dia 27, fizeram cachorro quente, servido com suco e refrigerante.



Servidores do INCRA em greve participam do Dia Nacional de Luta nos estados, no vão do MASP.

E a greve já causa impacto: o setor responsável pela análise cadastral de imóveis rurais está completamente paralisado. Com isso, os processos protocolados no Incra/SP para obtenção do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) não têm andamento. Sem conseguir atualizar seu cadastro, os proprietários rurais

não conseguem emitir o documento, que é indispensável em transações como arrendamento, financiamento agrícola, compra e venda do imóvel. Outros setores funcionam precariamente, sobretudo graças à mão de obra terceirizada.

Além de aderir à Campanha Salarial Unificada dos Servidores Pú-

blicos, os servidores do Incra denunciam o sucateamento do órgão e o descaso com a reforma agrária. De acordo com levantamento feito pelo jornal O Globo, a carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário tem um dos dez piores salários do Executivo federal.

A despeito da imagem que tenta passar de uma gestão “mais técnica”, a presidente Dilma Rousseff mantém o loteamento político das superintendências regionais. Opção que tem levado o Incra às páginas policiais, por conta de desvios de dinheiro público, clientelismo político, nepotismo e terceirizações ilegais. E o primeiro ano de seu governo já é considerado o pior para a reforma agrária desde a era FHC, com apenas 21,9 mil famílias assentadas em todo o país.



O Direito ao Direito de Greve



Representantes do Sindsef-SP e do Assibge (Associação dos Trabalhadores do IBGE) tiveram a oportunidade de falar sobre a greve do funcionalismo na perspectiva do trabalhador para uma platéia formada por estudantes da Faculdade de Direito da USP, localizada no Largo São Francisco. O convite foi feito pelo Juiz do Trabalho e Professor de Direito do Trabalho, Jorge Souto Maior. O professor é autor do artigo - *O Direito ao Direito de Greve*, escrito em 2010. Dois anos depois, seu conteúdo ainda impulsiona os trabalhadores que lutam por seus direitos.

O objetivo da palestra foi proporcionar aos presentes a possibilidade de enxergar os dilemas enfrentados pelas categorias quando aderem a uma greve.

“A greve, porque provoca uma alteração no cotidiano, gera as mais diversas reações de contrariedade, sobretudo daqueles que, de certo modo são atingidos por ela.” Assim inicia Souto Maior o seu artigo. “(...) A bem compreender, a greve não é um modo de solução de conflitos, e sim uma forma de expressão do próprio conflito. Trata-se de um instrumento de pressão, legitimamente utilizado pelos empregados para a defesa de seus interesses.”



Simplificando, “Nada justifica, portanto, juridicamente falando, que se descontem dos salários dos trabalhadores os dias de efetiva participação no movimento grevista, ainda mais porque os salários são um direito fundamental, necessário à própria sobrevivência do trabalhador.” Afirma Souto.

“Só há direito de greve com garantia plena à liberdade de reivindicação por parte dos trabalhadores, pois, afinal, os trabalhadores em greve estão no regular exercício de um direito, não se concebendo que o exercício desse direito seja fundamento para sacrificar o direito à própria sobrevivência, que se vincula ao efetivo recebimento de salário.” Finaliza o jurista.



A diretora do Sindsef-SP, Beth Lima, relatou algumas situações vivenciadas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e abordou o desmonte do serviço público. Segundo ela, antes de se deflagrar uma greve diversas ações são realizadas visando solucionar os conflitos. “A greve é o último recurso usado pelos trabalhadores”, lembra a dirigente.

Continua o Professor em outro parágrafo.

No entanto, a luta pelos direitos esta ameaçada com a postura ditatorial do governo. Ao invés de negociar a presidente Dilma manda cortar o ponto e substituir os grevistas. “Até parece que o trabalhador não precisa sustentar sua família e honrar seus compromissos financeiros enquanto ele participa de uma greve”, pondera Beth Lima.

O Juiz do trabalho faz a seguinte ponderação em seu texto: “Negar aos trabalhadores o direito ao salário quando estiverem exercendo o direito de greve equivale, na prática, a negar-lhes o direito de exercer o direito de greve, e isto

não é um mal apenas para os trabalhadores, mas para a democracia e para configuração do Estado Social de Direito do qual tanto nos orgulhamos!”



Fotos: Fábria Corrêa